

AMBIENTE

# Comissão aprova incentivo para proteger mata

Fabio Motta/AE - 4/10/2000

**Quem preservar pagará menos impostos; projeto vai ao plenário da Câmara no dia 5**

SANDRA SATO

**B**RASÍLIA – Projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça garante isenção de Imposto Territorial Rural e deduções de Imposto de Renda a proprietários rurais que se comprometerem a proteger a mata atlântica. Quem usar indevidamente os incentivos econômicos poderá ser condenado de 1 a 4 anos de cadeia. O plenário da Câmara poderá apreciar o texto já na próxima semana.

Há dez anos, o então deputado Fabio Feldmann (PSDB-SP) apresentou a proposta que deu origem ao texto aprovado na CCJ por unanimidade. Além dos benefícios fiscais, o projeto define que a mata atlântica engloba áreas litorâneas e também do interior, localizadas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. E alguns trechos do Mato Grosso do Sul e Goiás.

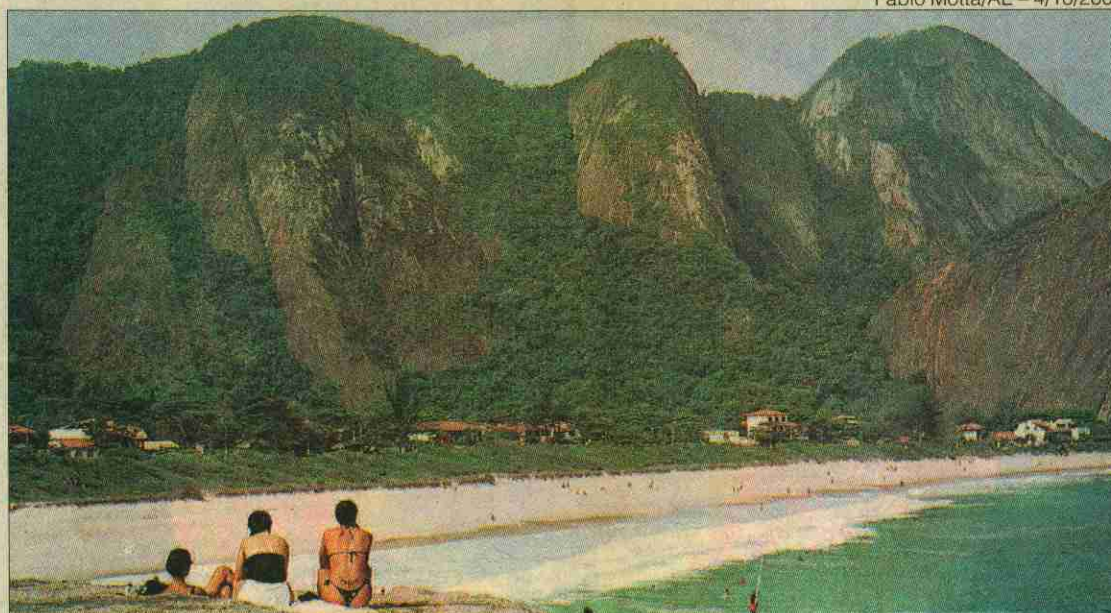
“Certamente, o projeto permitirá ampliar a mata atlântica”, previu o deputado José Sarney Filho – ex-ministro do Meio Ambiente – que costurou até a votação os últimos acertos para garantir a aprovação da proposta que agrada às ONGs. A representante da Rede Mata Atlântica, Betsey Noal, antecipou que as 210 ONGs integrantes da rede trabalharão para elevar a 35% da cobertura inicial o percentual de mata atlântica no País. Esse bioma está reduzido a 7% da vegetação original.

Betsey aplaudiu a votação de ontem porque, em sua opinião, “o Legislativo assumiu a responsabilidade pela recuperação do bioma mais ameaçado do Brasil”. Está em vigor, atualmente, um decreto prevendo a proteção ao bioma que podia ser revogado a qualquer momento. Uma lei do Congresso tem mais força.

**Área urbana** – O projeto também proíbe loteamentos ou construção de qualquer edifício em regiões metropolitanas onde houver área coberta com vegetação original ou em estágio avançado de regeneração de ecossistemas atlânticos. A exceção será possível para locais com vegetação em estágio médio de regeneração, mas serão exigidas obediência ao plano diretor do município e prévia autorização de órgão municipal competente.

A proposta estipula que a conservação da mata atlântica “cumpra função social e é de interesse público”. O governo deverá estimular a preservação com incentivos econômicos e criar o Fundo de Reestruturação dos Ecossistemas Atlânticos para financiar projetos de recuperação desse bioma, apresentados por proprietários rurais. Esse fundo será administrado por um comitê executivo, formado por representantes do governo e da sociedade civil. O fundo funcionará com recursos orçamentários, doações ou rendimentos de aplicações de seu patrimônio.

Para o ex-ministro Sarney Filho, a proposta é um avanço porque estimula o desenvolvimento sustentável da região e não permitirá desvirtuamento dos recursos financeiros, já que prevê detenção para quem se arriscar a fraudar o fundo e os incentivos. Ele está convencido de que será possível aprovar a lei no Congresso a tempo



Trecho da mata atlântica na Praia de Itacoatiara, em Niterói: prisão para quem desprezar acordos

**Área já cobriu 15% do território brasileiro**

O projeto que favorece o uso sustentável e a preservação da mata atlântica tramitou pela Câmara nos últimos dez anos. Tempo demais para o pouco que ainda resta dessa floresta tropical. Somente entre 1990 a 1995, meio milhão de hectares da mata foram devastados. Os ambientalistas calculam que a cada quatro minutos é desmatada uma área equivalente a um campo de futebol.

Na época do descobrimento, no século 15, a mata atlântica e seus ecossistemas associados cobriam cerca de 15% do território brasileiro – uma área de 1.290.692 quilômetros quadrados. Hoje, restam apenas 7,3% da vegetação original, espalhada por 17 Estados brasileiros, abrangendo a faixa litorânea que vai do Rio Grande do Sul até o Piauí.

Durante os anos de tramitação, a bancada ruralista foi quem mais emperrou a aprovação do projeto. Segundo os ruralistas, a proteção à área poderia afetar a produção agropecuária, pois iria dificultar a manutenção das propriedades rurais dessas regiões, principalmente no Estado de São Paulo.

De acordo com a Constituição, a mata atlântica é considerada patrimônio da humanidade. Com isso, toda área considerada pertencente à mata deveria ser preservada.

## MATA ATLÂNTICA

### Pontos principais do projeto

- 1 Exploração da flora nativa sem fins comerciais não precisa de autorização
- 2 É livre a coleta de subprodutos florestais, como frutos, folhas ou sementes, desde que não comprometam a fauna e a flora
- 3 Desmatamento e loteamento de áreas da mata atlântica são proibidos quando a vegetação abrigar espécies ameaçadas de extinção, servir de proteção de mananciais, de controle de erosão ou formar corredores entre remanescentes da mata original ou em estágio avançado de regeneração
- 4 O corte e supressão da vegetação primária serão autorizados em caráter excepcional para realização de obras, atividades de utilidade pública e práticas preservacionistas
- 5 Em desmatamentos legais, é obrigatória a compensação ambiental, em área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas
- 6 Loteamentos ou construções são proibidos em áreas urbanas, cobertas por vegetação original ou em estágio avançado de regeneração da mata atlântica
- 7 Cria o Fundo de Restauração dos Ecossistemas Atlânticos, gerido por um comitê integrado por 13 representantes do governo e sociedade civil. Os proprietários rurais terão acesso aos recursos para recuperar a vegetação. As ONGs poderão auxiliar esses beneficiários elaborando projetos
- 8 Pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do IR quantias gastas com projetos de preservação e conservação da mata atlântica ou doações feitas com este objetivo

da realização da Conferência da Rio +10, em Johannesburg, que ocorrerá dez anos após a conferência de meio ambiente organizada no Rio. “Em 1992, tínhamos sido colocados no paredão pelas ONGs.”

A aprovação da lei da mata atlântica reforçará a legislação em vigor, que, segundo Sarney Filho, confere ao Brasil uma posição de ponta. “Hoje somos protagonistas da política ambiental.”